



Oculum Ensaaios

ISSN: 1519-7727

sbi.ne_oculumensaios@puc-campinas.edu.br

Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Brasil

Marcelo Staevie, Pedro
EXPANSÃO URBANA E EXCLUSÃO SOCIAL EM BOA VISTA – RORAIMA
Oculum Ensaaios, núm. 13, 2011, pp. 68-87
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Campinas, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351732215006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

EXPANSÃO URBANA E EXCLUSÃO SOCIAL EM BOA VISTA – RORAIMA | Pedro Marcelo Staevie

Universidade Federal de Roraima | Departamento de Economia | *Campus* do
Paricarana | Av. Enê Garcez, 2413, Aeroporto, 69304-000, Boa Vista, RR, Brasil
E-mail: pedrostaevie@yahoo.com.br

EXPANSÃO URBANA E EXCLUSÃO SOCIAL EM BOA VISTA – RORAIMA

INTRODUÇÃO

Na Amazônia Legal, residem em áreas urbanas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aproximadamente 15 milhões de pessoas. Ao se tratar de cidades da Amazônia e seus problemas sociais, recai-se quase sempre sobre as metrópoles regionais (Belém e Manaus), que, somando suas respectivas regiões metropolitanas, alcançam uma população de cerca de 4 milhões de habitantes, e sobre algumas cidades de rápida expansão demográfica situadas na região sudoeste do Pará (Marabá).

Entretanto, nas últimas décadas, outras cidades amazônicas têm experimentado um contínuo processo de crescimento populacional, resultando numa crescente demanda por serviços públicos, alguns deles até então inexistentes nessas regiões. Esse movimento tem levado a um novo arranjo institucional e a novas formas de organização da sociedade civil, bem como a uma reconfiguração do espaço urbano, caracterizando uma nova morfologia urbana, formada por um vasto mosaico cultural, onde convivem inúmeras representações identitárias coletivas, cristalizando-se em distintas manifestações territoriais.

Entre os diversos municípios amazônicos a sofrer tais intervenções em seu espaço urbano, delineando novos traçados socioeconômicos e culturais, encontram-se as capitais dos Estados periféricos da Amazônia. Esses municípios representam uma parcela significativa dos Produtos Internos Brutos (PIB) de seus respectivos estados e

concentram o maior contingente populacional nessas unidades da federação. Isto ocorre de forma ainda mais intensa nos dois últimos estados federativos criados com a Constituição de 1988, Amapá e Roraima (Staevie, 2009).

Roraima, o estado mais setentrional do País, conta com uma população de apenas 451 mil habitantes, das quais 285 mil residem na capital, Boa Vista. Sua ocupação tomou impulso a partir dos anos 1970, com os programas de colonização agrícola e a “corrida do ouro”, que levou milhares de pessoas de todo o país a exercer a atividade garimpeira no interior do estado. Apesar de a garimpagem se realizar no interior, a população se concentrou em Boa Vista, em função de vários fatores que serão apresentados posteriormente. Ainda que o *boom* demográfico tenha ocorrido a partir dessa época, a cidade passou por outros momentos que ajudam a explicar sua expansão demográfica e a respectiva expansão urbana. Neste ensaio, busca-se apresentar uma perspectiva histórica para o entendimento desses processos, analisando a formação socioespacial da capital roraimense a partir de seus agentes interventores.

A Figura 1 mostra a localização do estado de Roraima.

O estado de Roraima, juntamente com o Amapá, tem experimentado as maiores taxas de crescimento populacional desde os anos 1980, assim como suas respectivas

capitais — Boa Vista e Macapá. De outro lado, as duas capitais aparecem encabeçando o *ranking* da exclusão social no país, segundo os dados de Pochmann e Amorim (2004). O vertiginoso crescimento populacional deveu-se (e deve-se) fundamentalmente ao intenso fluxo migratório observado nesses estados e municípios. Não obstante a redução da intensidade na migração, esta ainda constitui importante fonte para o acréscimo populacional experimentado atualmente pelas duas unidades territoriais.



FIGURA 1 – Posição geográfica de Roraima.
Fonte: <www.ibge.gov.br>.

DINÂMICA DA EXPANSÃO URBANA EM BOA VISTA

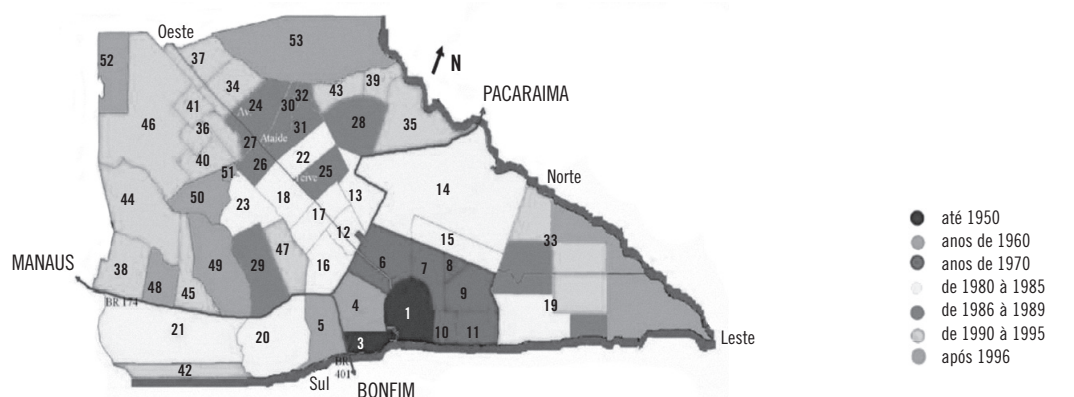
A cidade de Boa Vista, capital do estado de Roraima, faz parte da subdivisão Fronteira de Integração da porção ocidental da Amazônia. Encontra-se na mesorregião Norte de Roraima, na microrregião de Boa Vista. Possui clima equatorial com média de temperatura de 27,4°C, vegetação típica de savana e duas estações bem definidas: a chuvosa (inverno), entre abril e setembro, e a seca (verão), entre outubro e março. Localiza-se na margem direita do rio Branco, dentro da bacia hidrográfica de mesmo nome.

A cidade conta atualmente, segundo dados do Censo 2010 do IBGE, com uma população aproximada de 285 mil habitantes, mais do que o dobro daquela observada em 1991, que era de 122 mil habitantes. Conforme aponta Vale (2007, p.22), até o início da década de 1980, a expansão urbana da capital roraimense foi capitaneada pelo governo, que, “visando a segurança nacional, promoveu o crescimento populacional do Território

por meio de uma política urbana concentrada na capital [...]”. Já em 1991, através da Lei nº 244, que regulamenta o Plano Diretor do município de Boa Vista, foram criados mais 30 bairros. Em 1999 o Plano Diretor foi alterado, redefinindo os limites de alguns bairros e acrescentando mais 18. Em 2000 a cidade já contava com 49 bairros e em 2011, com os novos bairros criados em 2007 (São Bento) e 2010 (Said Salomão), já são 55, expandindo a área urbana para a região oeste (Figura 2).

A região comporta uma vasta quantidade de corpos hídricos (lagoas e igarapés), conferindo risco ambiental à expansão urbana desordenada. A Figura 2 mostra a evolução urbana da cidade de Boa Vista até 2005. Cabe destacar que, por sua restrita navegabilidade, o rio atualmente não se apresenta como elemento dinâmico da economia local e de sua demografia. Entretanto, os bairros localizados às suas margens, sobretudo o bairro Caetano Filho (nº 2 na Figura 2), sofrem anualmente com as cheias que ocorrem no período chuvoso, entre abril e setembro.

O atual Plano Diretor, aprovado em 28/11/2006 e publicado no Diário Oficial do Município em 30/11/2006, foi considerado ineficiente e incompleto em vários aspectos, segundo o documento intitulado “Diagnóstico do Plano Diretor de Boa Vista — RR”, realizado pela Rede de Avaliação e Capacitação para a Implementação dos Planos Diretores Participativos, em 2007. Para os avaliadores, o Plano Diretor de Boa Vista não representa um planejamento efetivo de longo prazo para a cidade. O volume migratório e o intenso processo de urbanização não foram contemplados de forma satisfatória no



BAIRROS

- | | | | | | |
|-----------------------|---------------------|-------------------------|----------------------|-------------------------|----------------------|
| 1. Centro | 10. São Pedro | 19. Caçari | 28. Caranã | 37. Equatorial | 46. Hélio Campos |
| 2. Fco. Caetano Filho | 11. Canarinho | 20. Marechal Rondon | 29. Centenário | 38. Nova Cidade | 47. Cinturão Verde |
| 3. Calunga | 12. Liberdade | 21. Distrito Industrial | 30. Jardim Primavera | 39. Jardim Caranã | 48. Bela Vista |
| 4. São Vicente | 13. Jardim Floresta | 22. Tancredo Neves | 31. Santa Tereza | 40. Silvio Botelho | 49. Araceli S. Maior |
| 5. 13 de Setembro | 14. Aeroporto | 23. Jôquei Clube | 32. Piscicultura | 41. Santa Luzia | 50. Jardim Tropical |
| 6. Mecejana | 15. dos Estados | 24. Silvio Leite | 33. Paraviana | 42. Jardim das Copaibas | 51. Olímpico |
| 7. São Francisco | 16. Pricumã | 25. Caimbé | 34. Alvorada | 43. União | 52. Conjunto Cidadão |
| 8. 31 de Março | 17. Buritis | 26. Cambará | 35. Cauamé | 44. Operário | 53. Cidade Satélite |
| 9. Aparecida | 18. Asa Branca | 27. Nova Canaã | 36. Pintolândia | 45. Raiar do Sol | |

FIGURA 2 – Evolução urbana da cidade de Boa Vista.

Fonte: Vale (2007).

Plano, tornando a política habitacional o ponto fraco do documento. Esses processos têm contribuído para o aumento na demanda por habitação e terra urbanizada e, consequentemente, para uma crescente disputa pelo espaço urbano na cidade de Boa Vista. Segundo o Diagnóstico, apesar da grande segregação socioespacial e dos elevados índices de pobreza observados no município, o Plano não se apresenta como uma estratégia econômica e socioterritorial para o desenvolvimento municipal.

Outro ponto negativo refere-se à participação da sociedade civil no processo de elaboração e posterior fiscalização das ações previstas no Plano. Ainda que tais pontos estejam contemplados, não se apresenta de forma clara quais são os canais e mecanismos para a real efetivação dessas práticas. De forma geral, a participação política da sociedade roraimense nos fóruns de decisão de natureza colegiada está muito aquém das reais necessidades coletivas. Historicamente, por razões distintas, a sociedade tem participado de forma muito tímida nesses espaços de discussão e deliberação comunitária. Na última Conferência Estadual das Cidades, realizada em 2010, não mais do que 50 pessoas se fizeram presentes, entre eles autoridades, empresários do ramo imobiliário e pesquisadores/professores universitários. A participação dos movimentos sociais foi bastante aquém do esperado.

Para o entendimento da atual conformação urbana da cidade de Boa Vista, necessita-se compreender o seu processo histórico de ocupação territorial. Com esse intuito, Veras (2010) propõe que Boa Vista possui três espaços urbanos distintos: primeiro, o arreamento histórico do núcleo embrionário, às margens do rio Branco; segundo, o espaço definido no projeto urbanístico radial concêntrico de 1944; e terceiro (mancha urbana), a área que perpassa os limites do projeto inicial a partir dos anos 1970 e se consolida com a expansão urbana a partir dos anos 1990. Essa cronologia é fundamental para se entender a expansão demográfica e urbana, pois tais movimentos se atrelam inevitavelmente a processos sociais ocorridos durante os distintos períodos.

Tais processos sociais configuram o espaço urbano resultante das interações econômicas, políticas e culturais nos diversos momentos de sua dinâmica produtiva. A produção do espaço e a expansão urbana nascem da contínua necessidade da sociedade em atender a suas distintas demandas, em que o processo de produção é acompanhado permanentemente pela reorganização espacial. Relembrando Santos (2005), o espaço permite que os fatores de produção — trabalho, mercadorias e capital — passem a ter grande mobilidade. As mudanças permanentes no espaço ocorrem em função da constante busca por novos significados, “na medida em que o movimento social lhes atribui, a cada momento, frações diferentes de transformações de todo social” (Veras, 2010, p.2).

A gênese da ocupação da área de Boa Vista ocorreu de forma espontânea, segundo Silva (2010), com a transferência do antigo povoado de São Joaquim, que circundava o Forte de mesmo nome, para a região onde se encontra o núcleo inicial da cidade. Esse núcleo iniciou-se efetivamente com a instalação da Fazenda Boa Vista em 1830 e, mais tarde, em 1858, com a instalação da Freguesia Nossa Senhora do Carmo, da Ordem dos

Carmelitas, na sede da Fazenda. A vila foi então alçada à categoria de cidade em 1890, e desmembrada do município de Moura, pertencente ao estado do Amazonas.

Em 1943, com a criação do Território Federal do Rio Branco¹ por Getúlio Vargas, Boa Vista deixou de pertencer ao Amazonas, tornando-se a capital do Território. Foi convidado para a elaboração de seu Plano Urbanístico o engenheiro civil da empresa Riobras, Darcy Aleixo Derenusson. O projeto urbanístico previa um formato radial concêntrico, em forma de leque, em que as principais avenidas irradiavam de um ponto central em direção a um limite estabelecido por duas avenidas a serem construídas. Para Veras (2010), o Plano propiciou a diferenciação do espaço urbano já naquele momento, pois criou um acesso seletivo e desigual das pessoas, visto que só contemplava o núcleo embrionário e a área delimitada no projeto e não toda a cidade. Nesse sentido, aquele autor afirma:

[...] O Plano Urbanístico passou a incorporar novos ritmos de organização espacial devido ao caráter concentrador e pelo fato dos arranjos espaciais que definiam a cidade na época estarem ligados a ações políticas isoladas, que, por sua vez, eram seletivas e acentuavam as desigualdades, criando diferenciações socioespaciais intraurbanas e formação de territórios precários, que até hoje são presenciados (Veras, 2010, p.14).

Com esse projeto urbanístico inicia-se o segundo espaço urbano apontado por Veras (2010), que vai caracterizar a expansão urbana de Boa Vista até pelo menos os anos 1980.

A Figura 3, ao final, permite uma visualização do formato urbanístico concêntrico da cidade, além de mostrar as praias do rio Branco, formadas durante o período de seca.

Já a Figura 4, permite uma visualização do formato da cidade por outro ângulo.

O interesse na criação e ocupação do Território se deu pela necessidade de preencher um espaço de fronteira ainda



FIGURA 4 – Vista aérea de Boa Vista.

Fonte: <www.boavista-rr.com.br>. Foto de Marcelo Lourenço.



FIGURA 3 – Vista aérea de Boa Vista.

Fonte: <www.sosriosdobrasil.blogspot.com>.

pouco ocupado. Juntamente com a vinda de pessoas para a administração pública e para as obras da nova capital, foram criadas colônias agrícolas no interior para a efetiva ocupação da área, algumas das quais darão origem a futuros municípios.

Na data da criação do Território do Rio Branco, menos de 16 mil pessoas nele residiam, o que representava uma densidade demográfica abaixo de 0,1 hab/km². Ele se resumia apenas à cidade de Boa Vista; Caracaráí, seu segundo município, só seria criado em 1955. O Quadro 1 mostra a situação dos municípios roraimenses quanto à sua população, área, densidade demográfica e ano de criação.

Ainda como território e depois como estado (pós-1988), Roraima experimentou um intenso crescimento populacional entre 1950 e 2000 — de 17 247 para 324 397 habitantes —, acompanhado por expressivo processo de urbanização. Na década entre 1991 e 2000, a taxa média de crescimento demográfico anual foi da ordem de 4,72%, passando a população de 217 583 para 324 397 habitantes. A taxa de urbanização nesse período foi de 17,66% ao ano, passando de 64,72% para 76,15%. O processo de urbanização foi mais patente na capital, que concentrou grande parte dessa população; dentre os 324 397 habitantes residentes no estado em 2000, 197 098 residiam na área urbana de Boa Vista.

O estado de Roraima é composto por 15 municípios. Na mesorregião norte encontram-se os municípios de Alto Alegre, Amajari, Boa Vista, Pacaraima (microrregião de Boa Vista), Bonfim, Cantá, Normandia e Uiramutã (microrregião Nordeste de Roraima). Já na mesorregião sul situam-se os municípios de Caracaráí, Iracema, Mucajaí (microrregião de Caracaráí), Caroebe, Rorainópolis, São João da Baliza e São Luiz do Anauá (microrregião Sudeste de Roraima). Além de limítrofe ao Pará e Amazonas, o Estado possui dupla fronteira internacional, com a República Bolivariana da Venezuela e com a República Cooperativa da Guiana. Da capital Boa Vista até a fronteira guianense (Bonfim/Lethem) são aproximadamente 150km, e até a divisa com a Venezuela são cerca de 230km (Pacaraima/Santa Helena do Uairén). Característica interessante é o caráter bilíngue dessas fronteiras, visto que na Venezuela a língua oficial é o espanhol e na Guiana, o inglês.

Entre 1980, início do *boom* demográfico de Boa Vista, até 2007, a população total quase quadruplicou, passando de 67 017 para 249 853 habitantes, chegando atualmente a aproximadamente 285 mil habitantes. Cerca de 98% desse total reside na zona urbana, diferentemente do que ocorria em 1980, quando o tamanho da população rural ainda se aproximava da urbana. Os dados do IBGE apontam que os períodos com maiores taxas de crescimento populacional foram de 1980 a 1991 (7,22%) e de 1996 a 2000 (4,92%). Tal crescimento ocorreu principalmente na população urbana, que apresentou taxas de 9,60% e 6,99% respectivamente. Entre 1980 e 2007, a população urbana de Boa Vista aumentou em mais de cinco vezes, passando de 43 854 para 246 156 habitantes, conforme a Contagem Populacional. O Quadro 2 mostra a evolução populacional de Boa Vista e Roraima entre 1991 e 2010.

QUADRO 1 – Municípios de Roraima – população total, área, densidade demográfica e ano de criação, 2010.

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	ÁREA (km ²)	DENS. DEMOGR.	ANO DE CRIAÇÃO
Alto Alegre	16.286	25.567	0,63	1982
Amajari	9.330	28.472	0,32	1995
Boa Vista	284.258	5.687	49,98	1890
Cantá	13.778	7.665	1,79	1995
Caroebe	8.114	12.066	0,67	1994
Iracema	8.676	14.410	0,60	1994
Mucajai	14.814	12.461	1,18	1982
Normandia	8.926	6.967	1,28	1982
Pacaraima	10.448	8.028	1,30	1995
Rorainópolis	25.587	33.594	0,76	1995
São João da Baliza	6.778	4.285	1,58	1982
São Luiz	6.750	1.527	4,42	1982
Uiramutã	8.147	8.066	1,01	1995
Bonfim	10.951	8.095	1,35	1982
Caracarái	18.384	47.411	0,38	1955
Total	451.227	224.301,04	2,01	

Fonte: IBGE. Elaborado pelo autor.

QUADRO 2 – População residente em Boa Vista e Roraima – 1991 a 2010 (em mil habitantes).

ANOS	1991	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2010
BOA VISTA	122.6	153.9	158.8	163.0	167.1	200.5	208.5	214.5	221.0	236.3	242.1	249.6	249.8	284.3
RORAIMA	217.5	247.1	254.4	260.7	266.9	324.3	337.2	346.8	357.3	381.8	391.3	403.3	395.7	451.2

Fonte: Staevie (2009)

Além dos números absolutos, o Quadro 2 permite visualizar o aumento da participação relativa da capital no total da população do estado. Enquanto em 1991 a população de Boa Vista representava 56,36% do total do estado, em 2007 sua participação relativa elevou-se para 63,12%, o que demonstra uma maior concentração populacional na capital roraimense ao longo do período analisado. Em 2010 essa participação alcançou 69% e 82% da população urbana do estado.

A população de Boa Vista é aproximadamente 11 vezes maior que a do segundo município mais populoso do estado, Rorainópolis, com cerca de 25 mil habitantes. Em termos econômicos, a capital responde por mais de 80% do PIB estadual, concentrando 80% dos estabelecimentos comerciais, responsáveis por aproximadamente 70% das atividades privadas no estado. Possui sozinha mais estabelecimentos financeiros, hospitalares e educacionais do que o restante (14) dos municípios, e é sede das principais instituições

públicas, tanto da administração direta como indireta. Nesse sentido, Diniz e Santos (2008, p.9), apontam um desequilíbrio hierárquico entre a capital e as demais cidades, resultando num “fenômeno de macrocefalia urbana na capital do Estado”. A Figura 2 ilustra o crescimento da cidade.

No início da década de 1970, ocorreu importante expansão urbana ligada à abertura de rodovias. A área periférica se expandiu com a instalação do 6º Batalhão de Engenharia e Construção (BEC), que reservou para seu uso uma extensão considerável no Bairro de Mecejana. Os bairros 31 de Março, São Francisco, Aparecida e Canarinho começaram a ser ocupados.

No início dos anos 1980, o espaço realmente urbanizado em Boa Vista era sua área central, ou Centro, onde residia a maior parte da população urbana, calculada, segundo dados de Vale (2007), em mais de 7 mil indivíduos, isso ainda no ano de 1974. A maior parte dos residentes na região eram indivíduos de mais alta renda, constituída sobretudo por políticos, funcionários públicos e pecuaristas. Ademais, na região concentravam-se também a maioria dos equipamentos urbanos, além da “primazia na dotação de redes de esgoto, d’ água, elétrica, [...] atraindo as classes mais favorecidas” (Vale, 2007, p.114). Também no Centro encontravam-se os serviços hospitalares, educacionais, administrativos, financeiros e comerciais.

Já os bairros mais residenciais ficavam a leste das Avenidas Enê Garcez e Major Williams, como o São Francisco, 31 de Março, Aparecida e São Pedro. Nesse período, à beira do rio Branco, iniciou-se a construção do “Bairro dos Executivos”, para os altos funcionários do Governo, enquanto o bairro Canarinho e o 13 de Setembro contavam com uma infraestrutura muito precária, quase inexistente.

A partir dos anos 1980 configurou-se uma nova morfologia urbana, no âmbito de uma forte expansão do espaço urbano na cidade de Boa Vista. Em 1981 surgiram os bairros Jardim Floresta II e Novo Planalto; em 1982, Pricumã, Buritis, dos Estados e Caçari; em 1983, o bairro Marechal Rondon. Entre 1985 e 1989 mais 14 bairros foram criados na cidade, refletindo sua intensa expansão demográfica.

O que ocorreu efetivamente após os anos 1980 foi a incorporação de novas áreas mediante a proliferação desordenada de loteamentos, “respondendo especialmente a interesses políticos de assentamentos de migrantes que eram induzidos a se deslocarem para Boa Vista” (Silva, 2010, p.8). Aqui se torna mais evidente o terceiro espaço urbano apresentado por Veras (2010). Os anos 1990 reproduziram a expansão urbana ocorrida na década anterior, num ritmo ainda mais intenso. Com o crescimento da migração intraestadual, em função da desativação dos garimpos e da falência dos projetos de assentamentos rurais no interior do estado, houve uma desordenada expansão da área urbana, resultando na criação de novos bairros. Durante essa década foram criados ao menos 16 bairros, sobretudo na região oeste da cidade, representando um inchamento demográfico na zona ambientalmente mais frágil do município, onde se encontra uma vasta quantidade de lagos e igarapés. Residem nesses bairros cerca de 80% da população da cidade: o Censo de 2000 apontou 152 062 moradores para uma população urbana de 197 298 pessoas, e a Contagem Populacional

de 2007 apontou aí 200 537 dos 246 444 habitantes da capital, com precárias condições de moradia, saneamento e transporte público.

Na zona oeste, aproximadamente 85% dos residentes são migrantes, que residem em áreas doadas pelo poder público, numa clara política de criação de currais eleitorais, sobretudo pelo governo de Ottomar Pinto, entre 1979-1983 e 1991-1995. São áreas ocupadas por pessoas de baixo poder aquisitivo, ali assentadas com fins eleitoreiros, ou invasores que se apoderaram de terrenos desocupados, muitos deles pertencentes à União². As ocupações irregulares são constantes no município, por vezes incentivadas por lideranças políticas que possuem interesses particulares nas ocupações.

Durante os anos 1990, outros agentes sociais incorporaram-se com mais intensidade às forças que determinam a configuração do espaço urbano boa-vistense e concorrem para a legitimação política desse espaço. Até a década de 1980, boa parte dos assentamentos humanos na cidade de Boa Vista tinha como gênese a política de ocupação territorial determinada pela União, seja diretamente na cidade, seja por causa da falência das colônias agrícolas do interior. Já na década seguinte a reestruturação urbana ocorreu principalmente em razão do fim da atividade garimpeira que trouxera de forma *espontânea* milhares de pessoas de todo o país para Roraima. Com o fechamento dos garimpos, grande parte dos garimpeiros se dirigiram para a capital, inchando a periferia da cidade³.

A transformação de território para estado, em 1991, também contribuiu de forma expressiva para o incremento populacional na capital. Dada a necessidade de formação de instituições públicas no novo estado recém-criado, ocorreu uma demanda importante de mão de obra, acarretando um movimento intenso de migrações para a cidade. Num primeiro momento, os cargos públicos foram distribuídos pelo governador, sem a realização de concurso. A distribuição resultou num inchaço sem precedentes no setor público e contribuiu pesadamente para a continuidade do fluxo migratório em direção à cidade⁴.

Segundo Vale (2007), com a Lei nº 483, de 9 de dezembro de 1999, a cidade de Boa Vista, já com aproximadamente 200 mil habitantes, passou a ter um total de 49 bairros, assim distribuídos: 6 bairros na Zona Norte, 5 bairros na Zona Sul, 3 bairros na Zona Leste, 34 bairros na Zona Oeste, além do Centro. O Quadro 3 mostra esta distribuição em 2000.

Ao se analisar a evolução da ocupação da área urbana de Boa Vista, são esclarecedoras as palavras de Vale (2007, p.118):

Depende do Estado e do capital a direção que a expansão urbana segue. Até os anos 1960, a expansão urbana ficou em torno do Centro administrativo e comercial porque essa malha urbana fazia parte de uma rede em que tinha como centro Manaus e esta era ligada pela hidrovia do Rio Branco. No ano de 1976 quando construíram a BR 174 (trecho Boa Vista — Manaus) a expansão urbana toma a direção desta (Zona Oeste) e a segue quando realizado o outro trecho que ligaria a cidade à fronteira com a Venezuela, em 1996 (Zona Norte).

QUADRO 3 – Distribuição dos bairros de Boa Vista por Zona – 2000.

ZONA	BAIRROS
Norte	Dos Estados, Aparecida, Aeroporto, Paraviana, São Francisco, 31 de Março
Sul	Calunga, Distrito Industrial, Marechal Rondon, São Vicente, 13 de Setembro.
Leste	Caçari, Canarinho, São Pedro
Oeste	Asa Branca, Buritis, Caimbé, Cauamé, Caranã, Centenário, Cambará, Equatorial, Jardim Floresta, Jardim Tropical, Liberdade, Mecejana, Nova Canaã, Operário, Pricumã, Tancredo Neves, Alvorada, Bela Vista, Cidade Satélite, Cinturão Verde, Dr. Sílvio Botelho, Dr. Sílvio Leite, Jardim Caranã, Jardim Primavera, Jóquei Clube, Nova Cidade, Pintolândia, Piscicultura, Araceli Souto, Santa Luzia, Santa Teresa, Senador Hélio Campos, Raiar do Sol, União

Fonte: Adaptado de Vale (2007).

Um ponto importante a destacar atualmente na composição demográfica de Boa Vista é o crescimento no fluxo de indígenas que chegam diariamente à capital em busca de melhores condições de vida, segundo eles próprios afirmam. No ano de 2005, a Fundação Nacional do Índio — FUNAI estimava uma população indígena em Boa Vista da ordem de 2 437 indivíduos. Já o Censo 2010 apontou um total de 6 150 indígenas vivendo na capital roraimense. Embora seja apenas 3,07% da população da cidade, esse número corresponde a aproximadamente 22,00% de todos os indígenas do estado. Portanto, quase ¼ dos indígenas roraimenses moram na capital, na sua maioria habitando moradias precárias nas regiões sul e oeste da cidade, principalmente nos bairros Pintolândia e Raiar do Sol, locais de frágil estrutura urbana.

Os números podem ser ainda mais expressivos, pois se observa uma recorrente falta de identificação pessoal dos indígenas como tais. Muitos deles, pela flagrante discriminação étnica a qual são submetidos, não se reconhecem como tal, ainda que seu fenótipo demonstre claramente suas origens. Os bairros em que residem são ocupados principalmente por migrantes nordestinos e guianenses de baixa renda.

Até mesmo nas regiões de migrantes os indígenas são vistos de forma discriminatória, sendo considerados incivilizados. Um branco, mesmo que analfabeto, leva vantagem no mercado de trabalho sobre um indígena, ainda que com mais escolaridade. Mal ou bem, aquele é branco, *civilizado* (Silva, 2010, grifo meu).

As principais etnias encontradas em Boa Vista são os Macuxis, Wapixanas e Taurepangs, estes últimos em número bem menor, o que agrava sua situação. Sua etnia é significativamente menor que os Macuxis, por exemplo, que é a mais populosa do estado. Tal fato é grave, pois o futuro pode significar um dizimar da etnia Taurepang nas suas áreas tradicionais.

O que tem ocorrido em Boa Vista nas últimas décadas é uma expansão espacial forjada num amálgama de interesses entre o Estado e o capital, que, na sua lógica de autorreprodução, acaba por determinar a configuração urbana de mais esta cidade da Amazônia brasileira. Seguindo a linha de Harvey (1980), a cidade acaba por se configurar como espaço das relações de interesse capitalista, onde o domínio do capital no

processo de trabalho torna-se condição necessária para sua autorreprodução. Entretanto, nos dois últimos decênios, a população tem exercido papel fundamental na configuração do espaço urbano, através de demandas por moradia e infraestrutura básica, além de participar como força de trabalho produtiva e consumidora.

A forma e a utilidade que a cidade toma são determinadas historicamente, e os distintos atores (Estado, capital, habitantes e suas organizações) são peças-chave nesse processo, de forma mais ou menos atuante nos diferentes períodos. Veras, ao citar Moreira, conclui que “a estrutura econômica da formação econômico-social é que determina a organização espacial, mas é a conjuntura política que comanda seus movimentos (processos e forma)” (Veras, 2010, p.3).

Na última década, ocorreu uma expansão significativa do setor da construção civil, voltada a empreendimentos direcionados à camada populacional com maior poder aquisitivo. Nos últimos três anos, foram construídos na cidade um prédio com dezoito andares (até então o edifício mais alto possuía cinco andares) e cobertura cobrada em R\$ 500 mil, um condomínio de apartamentos com dois blocos de seis andares cada, e um condomínio horizontal fechado.

Constata-se uma corrente migratória distinta, vinda sobretudo do sul e sudeste do país, que tem ajudado a mudar os hábitos de consumo, inserindo novos padrões, refletidos nas empresas que se instalam diariamente na cidade. Dentre elas podem-se citar as redes de *fast-food* Giraffas e *Subway*, lojas especializadas em bebidas e alimentos importados de alto padrão de consumo, as concessionárias de automóveis Mitsubishi, Honda, Suzuki, Renault e Toyota, a ampliação da rede Boticário, além de empresas varejistas (boutiques famosas) do ramo de vestuário e calçados. Também está em estudo a instalação de uma loja da rede Americanas. A economia do município permanece, portanto, amplamente atrelada ao setor de comércio e serviços, sendo baixa a participação do setor secundário.

Em suma, com base na análise feita por Veras (2010), que propõe o entendimento da expansão urbana — e a produção do espaço — de Boa Vista em três momentos históricos distintos, percebe-se a participação dos diferentes atores nesse processo. Nos dois primeiros períodos (1890/1943 e 1943/1980) o protagonismo esteve com o Estado, responsável pela expansão urbana através de políticas de ocupação para a região. Num terceiro momento, pós-1980 até a atualidade, tanto o capital quanto os habitantes da cidade têm exercido papel importante na configuração do espaço urbano de Boa Vista. Nesse sentido, afirma Veras (2010, p.7):

O espaço urbano de Boa Vista tem sido, no decorrer dos tempos, destinado a cumprir funções específicas que mudam de acordo com as necessidades e interesses de organizações sociais e políticas das classes dominantes que se revezam no poder. Diante dessa perspectiva, a cidade, inacabada e em transformação, é resultante de intervenções reguladas por diferentes agentes promotores do espaço urbano.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXCLUSÃO SOCIAL EM BOA VISTA

Embora esteja tomando dimensões mais amplas e contornos mais modernos, com uma nova morfologia urbana, a cidade de Boa Vista apresenta indicadores sociais que a colocam como a segunda pior capital do país no índice da exclusão social, segundo estudo de Pochmann e Amorim (2004).

Para a construção do índice, os pesquisadores utilizaram temas relacionados a padrão de vida digno, conhecimento e risco juvenil (Pochmann & Amorim, 2004, p.18). Para os fins deste estudo, não cabe apresentar de forma extensiva e crítica a metodologia de cálculo e apreciação dos índices, bastando considerar que eles oscilam de 0,0 a 1,0, e que o maior número indica a melhor situação social, no tocante a índice de escolaridade, alfabetização, pobreza, desigualdade social, emprego formal, concentração de jovens e violência. O índice foi calculado para os 5 507 municípios brasileiros em 2000.

A capital roraimense, Boa Vista, ocupou a posição 1 452 no *ranking*, com o índice 0,505, havendo 1.451 municípios em melhor situação social e 4 055, pior. Macapá (AP) ocupou a 1 683ª posição, com índice 0,493; Porto Velho (RO), a posição 873, com índice 0,536; Rio Branco (AC), a posição 1.178, com índice 0,519.

O Quadro 4 mostra uma situação de vulnerabilidade social nessas capitais, não apenas por suas posições dentro do *ranking* das capitais, mas também em relação aos demais municípios do País.

Detalhando-se os indicadores parciais que compõem o índice geral de exclusão social, observa-se que o “índice de desigualdade social” mostra Boa Vista como a 5ª pior capital (0,201). Nesse índice, a pior situação é a de Rio Branco (0,155), seguida por Teresina (0,171) e Manaus (0,178). Macapá é a 7ª pior (0,213), e Porto Velho, a 8ª (0,219). Portanto, das oito capitais com maior desigualdade social, quatro delas encontram-se na Amazônia, região que encabeça este *ranking* negativo. Esse índice aponta o desequilíbrio de renda entre os chefes de grupos familiares situados nos extremos da distribuição econômica, mostrando uma alta concentração de renda nesses municípios. Do lado oposto, as capitais brasileiras mais bem colocadas — com menor desigualdade — são Florianópolis (0,748) e Porto Alegre (0,618). Abaixo, o Quadro 5 mostra o índice de desigualdade nas oito capitais com pior posição, dispostas em ordem decrescente, isto é, a 1ª posição equivale à pior colocada, a 2ª posição à 2ª pior colocada e assim sucessivamente (Staevie, 2009).

No que tange ao “índice de pobreza”, Boa Vista (0,703) é a 11ª melhor no *ranking*. A pior colocada entre as capitais amazônicas é Rio Branco (0,619), o 10º pior índice entre todas as capitais. No geral das capitais brasileiras, as mais bem colocadas são Florianópolis (0,870), Curitiba (0,845) e Porto Alegre (0,829). O índice de pobreza indica a participação de chefes de família com rendimento abaixo da linha da pobreza.

No que tange ao “índice de emprego formal”, Boa Vista teve a pior situação do país entre as capitais, com um valor de 0,150. O índice de emprego formal, que mensura a

QUADRO 4 – Índice de exclusão social e *ranking* geral.

MUNICÍPIO	ÍNDICE DE EXCLUSÃO SOCIAL	POSIÇÃO NO RANKING
Boa Vista-RR	0,505	1 452 ^a
Macapá-AP	0,493	1 683 ^a
Maceió-AL	0,526	1 040 ^a
Manaus-AM	0,522	1 112 ^a
Palmas-TO	0,608	163 ^a
Porto Velho-RO	0,536	873 ^a
Rio Branco-AC	0,519	1 178 ^a
Teresina-PI	0,521	1 136 ^a

Fonte: Atlas da Exclusão Social (Pochmann & Amorim, 2004). Elaborada pelo autor.

QUADRO 5 – Índice de desigualdade e *ranking* das piores capitais.

MUNICÍPIO	ÍNDICE DE DESIGUALDADE	POSIÇÃO NO RANKING (PIORES)
Rio Branco – AC	0,155	1 ^a
Teresina – PI	0,171	2 ^a
Manaus – AM	0,178	3 ^a
São Luis – MA	0,183	4 ^a
Boa Vista – RR	0,201	5 ^a
Maceió – AL	0,205	6 ^a
Macapá – AP	0,213	7 ^a
Porto Velho – RO	0,219	8 ^a

Fonte: Staevie (2009).

QUADRO 6 – Índice de emprego formal e posição geral no *ranking*.

MUNICÍPIO	ÍNDICE DE EMPREGO FORMAL	POSIÇÃO GERAL NO RANKING
Porto Velho – RO	0,299	16 ^a
Rio Branco – AC	0,278	19 ^a
Macapá – AP	0,199	26 ^a
Boa Vista – RR	0,150	27 ^a

Fonte: Atlas da Exclusão Social no Brasil (Pochmann & Amorim, 2004).

participação dos trabalhadores assalariados em ocupações formais no total da população em idade ativa, apresentou-se baixo nas capitais menos dinâmicas da Amazônia. O Quadro 6 mostra esse índice para algumas capitais selecionadas e suas respectivas posições no *ranking* nacional, com a cidade de Vitória no topo (0,603), com o maior índice de emprego formal do país (Quadro 6).

Portanto, as duas capitais com pior classificação no *ranking* do emprego formal foram Boa Vista e Macapá. Ambas as cidades apresentaram elevados índices de informalidade, o que demonstra baixo dinamismo de sua economia. Excetuando-se os servidores públicos, o

emprego formal apresenta baixíssimos índices nessas capitais, o que impacta negativamente a arrecadação de tributos, implicando uma reduzida capacidade do poder público em ofertar serviços à sociedade. É também importante ressaltar a provável ligação existente entre o alto nível de informalidade e o forte fluxo de migrantes observado nas duas cidades. Boa Vista e Macapá têm experimentado elevadas taxas de crescimento demográfico desde os anos 1980, decorrentes da migração intensa de pessoas das diferentes regiões do país, em particular nordestinos. Segundo dados da Secretaria de Planejamento do Estado de Roraima, cerca de 40% da mão de obra em atividade no município é formada por trabalhadores informais.

No ano de 2008, Feitosa (2008) realizou uma pesquisa com 93 trabalhadores informais do Centro Comercial Caxambu, centro de comércio popular na região central de Boa Vista, considerando um total de 144 indivíduos. A pesquisadora levantou dados referentes ao nível de escolaridade, sexo, idade, número de filhos, renda, situação do domicílio, dentre outros. A pesquisa levantou informações relevantes para a elaboração do perfil socioeconômico dos camelôs situados naquele espaço comercial. Em relação ao nível de escolaridade dos entrevistados, os dados mostraram a predominância de ensino médio incompleto (41,00%). Essa é uma importante transformação em relação aos dados de outra pesquisa, realizada em 1997 por Diniz e Matos ([s.d.]), na qual predominavam os trabalhadores com primeiro grau incompleto (54,65%), com pouca participação dos portadores de ensino médio completo (15,11%) (Feitosa, 2008) (Quadro 7).

QUADRO 7 – Nível de Escolaridade – 2008.

ESCOLARIDADE	%
Alfabetizado/Analfabeto	5
Fundamental incompleto	20
Fundamental completo	10
Médio incompleto	41
Médio completo	17
Superior incompleto	5
Superior completo	2

Fonte: Staevie (2009).

Nos dados de 2008, destaca-se a existência de pessoas que frequentaram o ensino superior (7%), em contraste com o levantamento de 1997 (1,16%). Tal situação pode ter ocorrido em função de uma maior precarização do trabalho, com a crise de desemprego desencadeada nos últimos anos ou com o aumento do número de vagas no ensino superior no município. No ano da primeira pesquisa existia no estado apenas a Universidade Federal, ao passo que em 2008 esse número já era significativamente maior. Pelo menos mais três instituições de médio porte desenvolvem atualmente suas atividades de ensino superior na capital, sem considerar outras tantas de pequena atuação (Staevie, 2009).

Merece destaque ainda a situação dos trabalhadores que frequentaram/frequenciam o ensino médio. Os dados de 2008 apontam uma porcentagem de 58% dos trabalhadores, enquanto em 1997 somente 25% deles tinham passado por esse nível educacional. Também esse dado demonstra que houve maior precarização do trabalho no Estado, com pessoas de maior nível de escolaridade não conseguindo entrar no mercado formal. Isso é reflexo principalmente da primazia do setor público como principal empregador no estado de Roraima. Em 1997, uma prática comum de fisiologismo político acabava por garantir empregos por meio de indicações a cargos públicos por parte dos dirigentes governamentais. Ainda hoje a prática é levada a cabo pelos governantes, ainda que (presumivelmente) em menor escala.

Como já destacado, Boa Vista é ainda fortemente caracterizada por uma intensa migração de indígenas, que buscam uma melhora de suas condições sociais e que acabam se submetendo a subempregos em atividades informais, como ambulantes e empregados domésticos não registrados. Na capital roraimense, essa população conta com serviços de apoio por parte da Diocese, de organizações não governamentais e do Conselho Indígena de Roraima. Entretanto, as ações pontuais não chegam a representar mudanças estruturais em sua condição de vida. O movimento de mulheres indígenas, assim como outros movimentos, organiza-se em atividades econômicas cooperativas, conferindo um caráter solidário a essas atividades produtivas e apresentando-se como uma resistência ao problema do desemprego formal observado nessa camada da população. Grupos de mulheres reunidas em torno de um mesmo objetivo exercem distintas atividades, como artesanato, produção de sabão e confecção de roupas íntimas e bichos de pelúcia. Os grupos surgiram entre mulheres (indígenas e não indígenas) residentes na periferia de Boa Vista, nos bairros mais precários do ponto de vista social e de infraestrutura urbana.

Paralelamente, tem ocorrido um intenso afluxo de pessoas oriundas da Guiana em direção a Boa Vista, inserindo-se no mercado de trabalho também de forma precária. As mulheres guianenses têm arranjado trabalho principalmente como empregadas domésticas, mas na sua maioria desprovidas de qualquer segurança laboral. Dado que em sua maioria são migrantes irregulares, não possuem os documentos necessários para adquirir tal garantia. Sofrem ainda, segundo relatos apresentados por Rodrigues (2009), duplo preconceito — racial e linguístico. Vale lembrar que os guianenses são de origem negra africana e falam a língua inglesa, além de sua língua local.

Outro dado importante refere-se ao *deficit* habitacional encontrado nos municípios brasileiros no ano de 2000, calculado pelo IBGE juntamente com o Ministério das Cidades. Embora em termos absolutos esses números sejam relativamente baixos nas capitais periféricas (pois proporcionais a seu tamanho), ao se dividir o valor do *deficit* pelo número de habitantes, a situação se mostra mais fragilizada. Boa Vista aparece na 12ª pior posição no *ranking*. Sob esse critério, as duas piores situações são as de Belém

QUADRO 8 – *Deficit habitacional nas capitais periféricas.*

MUNICÍPIO	DÉFICIT HABITACIONAL
Boa Vista – RR	6047
Rio Branco – AC	6782
Porto Velho – RO	10378
Macapá – AP	10486

Fonte: Staevie (2009).

e São Luis, e as melhores, de Florianópolis e Curitiba. O Quadro 8 mostra o *deficit* habitacional nas capitais periféricas da Amazônia no ano 2000.

Em Boa Vista, além do *deficit* habitacional de 6 047 unidades, correspondente a 12% do número de domicílios, chama atenção o número de imóveis vagos (9 055). Ainda no que tange à questão habitacional, conforme os dados do Censo 2000, é alto o número de residências desprovidas de sanitário, o que reflete a qualidade dos domicílios: em Boa Vista, 1 979; Porto Velho, 3 726; Macapá, 3 115; Rio Branco, 5 768. No quadro a seguir podem-se visualizar melhor essas informações.

O Quadro 9 mostra que, no conjunto das quatro capitais periféricas, Boa Vista apresenta o menor *deficit* de sanitários nas residências (13,65%), seguida por Macapá (21,48%), Porto Velho (25,70%) e Rio Branco (39,16%).

Em Boa Vista, o número de residências sem sanitário corresponde aproximadamente a 5,5% do total de domicílios, ao passo que o esgotamento sanitário alcança não mais do que 12,0% dos domicílios.

Segundo o Plano Diretor da cidade de Boa Vista, sua estrutura urbana tem como principal característica a elevada segregação espacial, resultado de um processo de expansão calcado na implantação de conjuntos habitacionais e loteamentos, na grande maioria localizados em áreas distantes do centro da cidade, em regiões ambientalmente frágeis e inadequadas para ocupação. Essa configuração urbana deve-se principalmente às estratégias de governantes que “mandavam buscar” migrantes pobres no Nordeste do país para a formação de currais eleitorais, e à necessidade de expansão urbana proveniente da migração intraestadual, a partir do final dos anos 1980.

A região central da cidade tinha como detentores de suas áreas os políticos e pecuaristas das famílias tradicionais do estado. Estes é que definiam, naquelas primeiras décadas de ocupação mais intensa, a conformação urbana da cidade, empurrando a população migrante para as regiões periféricas, distantes mais de 20km do centro. Eram os interesses particulares dessa parcela da população que davam os contornos urbanos da cidade de Boa Vista, interesses esses calcados na ideia de valorização monetária do espaço, num momento em que se ampliava significativamente a população urbana na cidade.

QUADRO 9 – Residências sem sanitário nas capitais periféricas.

MUNICÍPIO	RESIDÊNCIAS SEM SANITÁRIO
Boa Vista – RR	1979
Macapá – AP	3115
Porto Velho – RO	3726
Rio Branco – AC	5678

Fonte: IBGE. Censo 2000. Elaborado pelo autor.

CONCLUSÃO

Hodiernamente, não obstante a continuidade dos interesses da esfera política, percebe-se uma manifestação clara dos interesses capitalistas na conformação do espaço urbano boa-vistense. Grandes empresas nacionais começam a se instalar na cidade, além de outras tantas de origem regional e até mesmo local, que vêm ampliando gradativamente suas atividades econômicas. A cidade incorpora o tempo moderno, servindo a diversos usos por parte dos atores sociais que nela vivem e a moldam.

Entretanto, é importante destacar o papel da população na configuração atual do espaço urbano de Boa Vista. Suas demandas e ações por moradia, saneamento, transporte e outros equipamentos urbanos compõem elementos fundamentais na morfologia da cidade. Ademais, como força de trabalho produtiva e consumidora, ela exerce função crucial no espaço urbano boa-vistense. Em termos gerais, pode-se afirmar que o espaço urbano é resultado da sociedade, cujos distintos agentes sociais concorrem para configurar. Esses agentes podem ser o Estado, os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, os grupos e organizações sociais — com maior ou menor influência nos distintos momentos históricos. Assim, em Boa Vista, se entre 1890 e 1980 o protagonismo esteve com o Estado, a partir de então foram o Capital e os grupos sociais que passaram a ter uma participação mais ativa.

A cidade, que nas últimas décadas vem se expandido e se incorporando ao tempo rápido por meio de novas tecnologias (Veras, 2010), tem apresentado indicadores sociais bastante preocupantes. Com base nos estudos de Pochmann e Amorim (2004), constata-se que Boa Vista apresenta o segundo pior índice de exclusão social entre as capitais brasileiras, demonstrando que a qualidade de vida da população não tem aumentado com a expansão da cidade. Os equipamentos urbanos têm sido distribuídos nos bairros que já possuem melhor infraestrutura, mantendo a precariedade nas áreas periféricas. Ademais, a situação institucional de áreas de vários bairros tem impossibilitado a regularização dos imóveis, situação bastante comum no Norte do país. Muitos bairros da cidade são originados de invasões, sobretudo em áreas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do Instituto de Terras de Roraima (ITERAIMA).

Por fim, embora a migração para a capital roraimense tenha diminuído de intensidade nos últimos anos, continua sendo um fator amplamente interveniente na expansão demográfica atual. Dessa forma, torna-se imperioso compreender tal processo no sentido de subsidiar as políticas públicas de planejamento urbano do município. Sobretudo, há uma necessidade urgente de buscar soluções para a crescente migração de indígenas para a capital, que pode significar uma irreversível perda da cultura étnica desses povos.

NOTAS

1. O nome “Roraima” só foi atribuído ao território em 1962.
2. Parte dos terrenos urbanos de Boa Vista sofre com o problema de regularização de propriedade. Dado que até 1988 tudo era área da União (Território Federal), até hoje a situação ainda não foi resolvida, isto é, muitas áreas ainda são de propriedade do Governo Federal. Alguns bairros localizam-se em áreas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA originalmente destinadas à instalação de programas de reforma agrária.
3. Pessoas que se deslocavam em busca de emprego público e outras atividades não ligadas ao setor, como o comércio, por exemplo.
4. Ainda que menor que na década anterior, a imigração para Boa Vista continuou elevada na década de 1990.

REFERÊNCIAS

DINIZ, A.; SANTOS, R.O. Fluxos migratórios e formação da rede urbana de Roraima. *Rio Claro: Geografia*, v.33, n.2, p.269-287, 2008.

DINIZ, A.; MATOS, T.J. O comércio informal de Boa Vista. *Textos e Debates*, n.5, p. 40-51, [s.d.].

FEITOSA, J.C. *O perfil sócio-econômico do trabalhador informal do Centro Comercial Caxambu: camelô*. 2008. Monografia — Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2008.

HARVEY, D. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.

POCHMANN, M.; AMORIM, R. (Org.). *Atlas da Exclusão Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2004.

RODRIGUES, F.S. Configuração migratória no lugar Guayana: uma análise da migração na tríplice fronteira Brasil-Venezuela-Guiana. In: ARAGÓN, L.E. (Org.). *Migração Internacional na Pan-Amazônia*. Belém: UFPA, 2009.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. 5. ed. São Paulo: USP, 2005.

SILVA, P.R.F. *Boa Vista: gênese espontânea e gênese induzida*. Boa Vista: UFRR, 2010. (Material de apoio didático ao mini-curso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência Norte).

STAEVIE, P.M. Crescimento demográfico e exclusão social nas capitais periféricas da Amazônia. *Textos e Debates*, n.17, p.33-51, 2009.

VALE, A.F. *Migração e territorialização: as dimensões territoriais dos nordestinos em Boa Vista, RR*. 2007. Tese (Doutorado em Geografia) — Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2007.

VERAS, A.T. *A cidade de Boa Vista no contexto urbano roraimense*. Boa Vista: UFRR, 2010. (Material de apoio didático ao mini-curso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência Norte).

RESUMO

O presente artigo aborda as relações existentes entre o processo de expansão urbana, crescimento demográfico e exclusão social na capital do estado de Roraima, Boa Vista. A partir de uma perspectiva histórica, busca-se apresentar os principais agentes envolvidos no processo de expansão urbana da cidade e a situação atual concernente a alguns indicadores sociais nela observados.

PALAVRAS-CHAVE: Crescimento demográfico. Exclusão social. Expansão urbana.

URBAN EXPANSION AND SOCIAL EXCLUSION IN BOA VISTA – RORAIMA

ABSTRACT

This article is about an existing relationship among urban expansion process, demographic growth and social exclusion in Boa Vista City, the capital of Roraima State. From a historical perspective, it aims to show the main agents involved in this process and the current situation of some social indicators it observed.

KEYWORDS: Demographic growth. Social exclusion. Urban expansion.